

Coimbra em projecto europeu para advogados e magistrados

O Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra garantiu um financiamento de 471 mil euros da Comissão Europeia para desenvolver um projecto de investigação e divulgação da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

O CES liderou a candidatura ao concurso promovido pela Direcção-geral Europeia de Justiça e Consumidores, tendo como parceiros o Instituto dos Direitos Humanos da Catalunha (Espanha), a Escola de Direito da Universidade de Utrecht (Holanda) e a Universidade de Szczecinski (Polónia).

O projecto de dimensão europeia tem uma duração prevista de dois anos, arranca a 1 de Setembro e é "primordialmente dirigido a juizes, magistrados do Ministério Público e advogados".

Segundo a investigadora do CES Conceição Gomes, citada pela Lusa, o projecto visa "avaliar e potenciar a aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia", documento proclamado em 2000, que reforçou o quadro dos direitos fundamentais no espaço europeu, vindo a tornar-se vinculativa no final de 2009, com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

O projecto consiste, numa primeira fase, na investigação "e análise crítica das dificuldades e dos instrumentos de aplicação da Carta, bem como das decisões do Tribunal Europeu de Justiça que a apliquem".

Numa segunda fase, o CES e os seus parceiros vão promover a nível europeu um programa de formação sustentável, que combina aulas teóricas com oficinas práticas (formação presencial e e-Learning), cujo propósito passa por "reforçar as competências dos agentes judiciais visando obter uma melhor interpretação e aplicação dos princípios da Carta". ■